

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR ATA DA 146ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GTFAT

**DATA:** 25 de setembro de 2018.

**LOCAL:** Sala de Reuniões, 9º andar, sala 902, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Plínio Emanuel de Oliveira Araújo, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Rogério Valsechy Karl, Representante Titular do MF; Lucikelly Santos Lima, Representante Titular do MP; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Suely Barrozo Lopes, Representante Suplente do MTb; Ailton de Jesus Araújo, Representante Titular da CTB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Representante Titular da NCST; Marcos Perioto, Representante Titular da Força Sindical; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante Suplente da CUT; Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur; Thiago Luiz Ticchetti, Representante Titular da CNT; e, Desirée Gonçalo Timo, Representante Suplente da CNI. **Convidado (a):** Dulce Maria Jabour Tannuri, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, no Edifício-Sede do Ministério  
2 do Trabalho – MTb, teve início a Centésima Quadragésima Sexta Reunião Ordinária do Grupo  
3 Técnico do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GTFAT, sob a coordenação do Secretário-  
4 Executivo do CODEFAT, Sr. Plínio Emanuel de Oliveira Araújo. **Tópico I – ABERTURA:** O  
5 Coordenador do GTFAT cumprimentou a todos e informou que os Representantes do MAPA e do  
6 MDIC estavam ausentes porque cumpriam outras agendas na mesma data. Justificou, também, a  
7 ausência do Representante Titular da UGT, Sr. Raul Araújo Santos, que não pôde comparecer à  
8 reunião devido a um repentino mal-estar. Prosseguindo, passou ao **Tópico II – APROVAÇÃO**  
9 **DE ATA: ITEM 1 – Ata da 145ª Reunião Ordinária de 31 de julho de 2018.** O Coordenador  
10 do GTFAT questionou se havia alguma manifestação pertinente a Ata, tendo o Representante  
11 Titular da CTB, Sr. Ailton de Jesus Araújo, solicitado que o registro entre as linhas 215 e 220  
12 fosse alterado de “*O representante da CTB afirmou ser possível reconhecer os novos desafios do*  
13 *ponto de vista da formação profissional, uma vez que a qualificação deveria ser aplicada ao*  
14 *universo produtivo e não ao Novo mundo de aprendizado*” para “*O representante da CTB*  
15 *afirmou ser possível reconhecer os novos desafios do ponto de vista da formação profissional,*  
16 *uma vez que a qualificação deveria ser aplicada ao universo produtivo*”. A Representante  
17 Suplente do MTb, Sra. Suely Barrozo Lopes, solicitou que fosse providenciada a correção do texto  
18 e, posteriormente, retomada a aprovação da Ata, tendo os demais representantes do Grupo  
19 manifestado apoio. Em seguida, passou ao **Tópico III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -**  
20 **ITEM 2 – Proposta de Resolução que altera a de n.º 805 de 24 de abril de 2018, que dispõe**  
21 **sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o**  
22 **exercício de 2018.** A Coordenadora da COEMP, Sra. Lucilene Santana, explicou que, por  
23 proposta do Ministério, a PDE para cada exercício deveria ser submetida à aprovação do

24 CODEFAT e somente poderiam constar programas e linhas de crédito especiais criados pelo  
25 Conselho e, uma vez aprovada, a PDE constituir-se-ia em autorização para o Ministério proceder à  
26 aplicação de recursos do FAT no referido exercício. Acrescentou que, no decorrer do exercício, o  
27 Conselho poderia revisar a PDE aprovada objetivando a inclusão e/ou exclusão de programas,  
28 suas linhas de crédito, e/ou linhas de créditos especiais, bem como acréscimo e/ou redução de  
29 recursos, tendo destacado que a Consultoria Jurídica do Ministério emitiria um parecer sobre a  
30 legalidade do ato. Em seguida, passou a destacar o fluxo das operações, tendo informado que o  
31 FAT repassava os recursos aos bancos parceiros (Instituições Financeiras Oficiais Federais), que  
32 por sua vez emprestavam os recursos aos tomadores de crédito e, posteriormente, devolviam os  
33 recursos ao FAT, devidamente remunerado. Destacou que para o exercício de 2018, havia sido  
34 autorizado pelo CODEFAT o montante de R\$2,5 bilhões para alocações em agentes financeiros,  
35 uma vez que à época havia: i) expectativa de crescimento da economia, o que impactaria em maior  
36 demanda por crédito nos empreendimentos de menor porte; ii) bom desempenho da linha  
37 PROGER Urbano Capital de Giro em relação à carteira com recursos de outras fontes (prazos e  
38 taxas mais favoráveis) dessa linha de crédito; e, iii) expectativa de ampliação da execução do FAT  
39 PNMPO, capitaneada pelas alterações no marco regulatório do Programa Nacional de  
40 Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Na sequência, informou que até o mês de  
41 agosto/2018 haviam sido celebrados, aproximadamente, 50% do montante autorizado pelo  
42 Conselho, uma vez que houve baixa demanda de recursos por parte dos bancos, tendo  
43 acrescentado que a concentração de operações estava no segmento de micros e pequenas  
44 empresas. Registrou que, do valor autorizado para a PDE/2018, R\$2,5 bilhões, só haviam sido  
45 celebrados o montante de R\$1,2 bilhão. Prosseguindo, passou a apresentar as justificativas para a  
46 revisão da PDE/2018, conforme a seguir: i) empresas de menor porte ainda estavam cautelosas na  
47 contratação de operação de investimento, persistindo a forte demanda de recursos para capital de  
48 giro; ii) não utilização dos recursos previstos na PDE/2018 para o FAT Fomentar, em virtude da  
49 retração dos desembolsos do cartão BNDES e do grande volume de recursos disponíveis para  
50 reaplicação, havendo assim a demanda de recursos para o PRONAF; e, iii) frustração das  
51 perspectivas da gestão do MTb, de que a análise das condicionantes necessárias para viabilizar a  
52 operacionalização dos recursos do FAT pelas instituições de MPO estariam concluídas ainda no  
53 primeiro semestre de 2018. Sendo assim, apresentou a seguinte proposta: i) acréscimo de R\$500  
54 milhões ao PROGER Urbano Capital de Giro a partir da redução do FAT PNMPO; e, ii)  
55 acréscimo de R\$260 milhões ao PRONAF Investimento a partir de redução do FAT FOMENTAR.  
56 Por fim, ratificou que a proposta não contemplava acréscimo de recursos à PDE, somente o  
57 remanejamento. Prosseguindo, o Coordenador do GTFAT passou a palavra ao Representante  
58 Titular do BNDES, Sr. Luiz Carlos Galvão de Melo, o qual informou que o Banco havia

59 demandado o montante de R\$400 milhões para o PRONAF, contudo a proposta do MTb  
60 contemplava o valor de R\$260 milhões. Nesse sentido, registrou que o BNDES entrou em contato  
61 com a FINEP a qual não se opôs ao remanejamento de R\$40 milhões do FAT INOVACRED para  
62 o PRONAF. Sendo assim, apresentou a seguinte alteração na proposta: acréscimo de R\$300  
63 milhões ao PRONAF Investimento a partir de redução do FAT FOMENTAR e FAT  
64 INOVACRED. Por fim, ressaltou que a execução do Programa seria realizada por meio de  
65 recursos já alocados no BNDES, ou seja, através do remanejamento de recursos de outros  
66 programas existentes no Banco para o PRONAF, o que não geraria nenhum impacto no fluxo de  
67 caixa do FAT. A Coordenadora da COEMP solicitou um aparte para esclarecer que, assim como o  
68 BNDES havia demandado R\$400 milhões para o PRONAF, o Banco do Brasil também demandou  
69 uma quantia maior para a execução do Capital de Giro. No entanto, observou que a proposta  
70 apresentada ao Grupo não contemplava tais valores porque durante a elaboração da referida  
71 proposta a área técnica do MTb necessitava equacionar as demandas com o fluxo de caixa do  
72 FAT, por isso não foi possível atender a totalidade dos montantes demandados pelos agentes  
73 financeiros. O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr. Paulo César  
74 Bezerra, complementou apresentando um quadro geral da situação financeira do FAT em 2018,  
75 tendo destacado: i) total das receitas: R\$64,4 bilhões, sendo R\$46,8 bilhões desse montante  
76 provenientes da arrecadação PIS/PASEP; e, ii) total das despesas: R\$55,4 bilhões, dos quais  
77 R\$37,2 bilhões eram provenientes do Seguro-Desemprego e R\$17,5 bilhões do Abono Salarial.  
78 Além disso, informou que os empréstimos ao BNDES somavam o valor de R\$18,7 bilhões,  
79 totalizando as obrigações do Fundo em R\$74,1 bilhões no exercício corrente. Diante disso,  
80 registrou que o Fundo apresentava um resultado nominal negativo de R\$9,6 bilhões, o qual estava  
81 sendo coberto com recursos provenientes dos exercícios anteriores (fonte 380). Entretanto,  
82 esclareceu que ainda havia recurso acima da Reserva Mínima de Liquidez – RML suficiente para  
83 execução da PDE 2018, diferentemente do que apontavam as projeções para o exercício de 2019,  
84 no qual previa-se o retorno de R\$13,5 bilhões do FAT Constitucional (BNDES) para cobrir  
85 despesas obrigatórias, conforme previsto em lei. O Coordenador do GTFAT agradeceu e abriu as  
86 inscrições para manifestação. O Representante Titular do MF, Sr. Rogério Valsechy Karl,  
87 questionou se os saques das cotas do PIS/PASEP com a antecipação do Abono Salarial estavam  
88 contemplados nos valores das despesas apresentadas, tendo o Coordenador-Geral da CGFAT  
89 esclarecido que o montante de R\$ 17,5 bilhões abrangia, inclusive, o aumento do pagamento  
90 informado pela Caixa Econômica Federal. O Representante do MF também questionou qual era o  
91 motivo do aumento do pagamento do abono salarial e se isso não poderia gerar algum tipo de  
92 problema de controle. O Coordenador-Geral da CGFAT registrou que havia uma programação  
93 mensal para o pagamento do benefício, contudo o valor programado para o mês de agosto/2018

94 havia sido insuficiente para cobrir as despesas, desse modo houve a necessidade da alocação de  
95 mais R\$500 milhões a fim de atender as demandas no referido mês. Observou que, embora não  
96 tivesse recebido esses dados formalmente, obteve a informação de que a Caixa Econômica Federal  
97 estava efetuando o pagamento concomitante das cotas PIS/PASEP e do abono salarial aos cotistas,  
98 gerando assim uma antecipação do pagamento do benefício. No entanto, ressaltou que somente a  
99 área responsável ou a própria Caixa Econômica poderiam dar uma explicação detalhada sobre o  
100 assunto. Acrescentou, também, que a princípio não identificava nenhum tipo de problema de  
101 controle, tendo registrado que apenas a aplicação do cronograma de pagamento do abono salarial  
102 estava fugindo ao programado, contudo em benefício do próprio trabalhador que sacava o abono  
103 antecipadamente. O Representante Titular da CTB, Sr. Ailton de Jesus Araújo, solicitou  
104 esclarecimentos sobre a solicitação de recursos adicionais para o PRONAF, uma vez que na  
105 ocasião da aprovação da PDE em abril/2018 já havia sido demandado pelo BNDES um aumento  
106 dos recursos para o PRONAF. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que o orçamento do  
107 PRONAF era bilionário e o FAT era apenas uma pequena parte desse montante, ficando o Tesouro  
108 Nacional responsável por equalizar a diferença de taxas. A Coordenadora da COEMP lembrou que  
109 à época da aprovação da PDE/2018 o BNDES já havia demandado uma quantia maior de recursos  
110 e, diante da atual necessidade de adequar o fluxo de caixa do FAT, havia a possibilidade de  
111 remanejamento de recursos no segundo semestre do exercício. A Representante Suplente do MTb  
112 explicou que no caso da PDE era realizado um processo de captação de demandas junto aos  
113 agentes financeiros e, dada a impossibilidade do atendimento de todas as demandas, dava-se  
114 prioridade a necessidade do mercado. Observou que o PRONAF era um importante programa e  
115 que, atualmente, era fundamental para a sobrevivência das empresas que buscavam capital de giro.  
116 Sendo assim, afirmou que no processo de revisão da PDE optou-se por priorizar o programa, uma  
117 vez que as taxas de juros para micro e pequenas empresas eram mais acessíveis. A Representante  
118 Titular do MP, Sra. Lucikelly dos Santos Lima, questionou se a planilha apresentada pelo  
119 Coordenador-Geral da CGFAT constava do material entregue ao Grupo, tendo o Coordenador do  
120 GTFAT informado que não, mas que após a reunião seria encaminhada via email a todos os  
121 representantes. A Representante do MP indagou sobre como o déficit de 9,6 bilhões do FAT seria  
122 coberto. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que esse déficit estava sendo coberto com as  
123 receitas financeiras do FAT de exercícios anteriores. O Representante Suplente da CUT, Sr.  
124 Alexandre Sampaio Ferraz, manifestou-se favorável a proposta apresentada pelo BNDES de  
125 remanejamento de recursos do FAT Inovacred para o PRONAF. O Representante Titular do MF,  
126 Sr. Rogério Valsechy Karl, registrou que não concordava com o remanejamento de recursos e sim  
127 com o retorno desses valores ao Fundo, tendo obtido apoio da Representante do MP. O  
128 Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o

129 item em apreciação, tendo sido considerado apto para ser encaminhado ao CODEFAT na forma  
130 proposta pelo BNDES, com manifestação contrária dos Representantes do MF e do MP. Em  
131 seguida, passou ao **Tópico IV – APRESENTAÇÃO - ITEM 3 - Pelo Departamento de**  
132 **Políticas de Empregabilidade – DPE/SPPE/MTb, Tema 1: Execução da Escola do**  
133 **Trabalhador.** O Diretor do Departamento de Política de Empregabilidade, Sr. Higino Brito  
134 Vieira, informou que seria apresentada a evolução das tecnologias implementadas no portal da  
135 Escola do Trabalhador e que, na sequência, apresentariam também os painéis que estavam sendo  
136 produzidos para o monitoramento do mercado de trabalho dos alunos inseridos na Escola do  
137 Trabalhador. Prosseguindo, passou a palavra ao Sr. Tiago Braga, representante do Instituto  
138 Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, que apresentou a segunda versão da  
139 interface do Portal da Escola do Trabalhador que havia sido baseada em estudos sobre o  
140 comportamento dos usuários do referido Portal. Destacou que a nova versão do Portal tinha como  
141 premissas: i) facilidade de navegação em dispositivos móveis; ii) garantia de acessibilidade; e, iii)  
142 melhoria da usabilidade e experiência do usuário com o Portal. Acrescentou que, para o seu  
143 lançamento, havia sido considerada a implementação da nova identidade visual, e posteriormente  
144 a implementação escalonada de novas funcionalidades. Registrou que a primeira versão do Portal  
145 havia sido lançada em novembro de 2017 e a segunda em agosto de 2018. Além disso, destacou  
146 que até dezembro/2018 seriam implementadas novas funcionalidades, conforme a seguir: i)  
147 impressão do certificado na própria plataforma do curso, observou que atualmente o aluno  
148 precisava acessar um sistema da UnB para realizar tal procedimento; ii) busca por competências,  
149 funcionalidade que permitiria ao trabalhador definir quais competências gostaria de utilizar e o  
150 próprio Portal sugeriria uma lista de cursos; iii) sugestão de novos cursos pelos próprios usuários;  
151 e, iv) implementação de ferramenta responsável por realizar a tradução automática do conteúdo  
152 para a linguagem brasileira de sinais. Concluiu, informando que estava aberto a sugestões e que,  
153 embora houvesse as melhorias previstas para implementação no fim do ano, a evolução da  
154 plataforma era um processo contínuo. Na sequência, o Coordenador do GTFAT passou a palavra  
155 ao Sr. Vinicius Coelho, Representante da UnB, para realizar apresentação sobre o **Tema 2: Painel**  
156 **de Indicadores do Mercado de Trabalho.** O Representante da UnB esclareceu que objetivo era  
157 apresentar os resultados obtidos pela Escola do Trabalhador com os dados colhidos até a presente  
158 data a partir da integração dos dados e sistematização da informação sobre trabalho e emprego.  
159 Observou que havia sido feito o levantamento e a análise das bases de dados (RAIS, CAGED,  
160 IMO, FGTS, entre outras), do universo do trabalho, disponíveis no Ministério do Trabalho e/ou  
161 Instituições correlatas, a fim de avaliar a metodologia de “big data” para o cruzamento de dados e  
162 a mineração das informações, o que possibilitava a elaboração de modelos no tempo e no espaço  
163 geográfico para atendimento das necessidades de formação dos trabalhadores. Relatou, também,

164 que haviam partido da premissa de geração de indicadores para o mapeamento do mercado de  
165 trabalho, criando uma preparação dos dados (RAIS, CAGED, Seguro-Desemprego e Escola do  
166 Trabalho) que os permitia compreender tanto o perfil do trabalhador quanto o das empresas no  
167 mercado de trabalho. Registrou que a elaboração da metodologia dos indicadores havia sido  
168 baseada nas necessidades analisadas em reuniões com gestores do MTb e do TCU e nas reuniões  
169 do CODEFAT, tendo acrescentado que a validação dos dados havia ocorrido em conjunto com o  
170 Observatório do Trabalho. Em seguida, passou a discorrer sobre a preparação e o cruzamento dos  
171 dados, tendo ressaltado que o resultado havia sido a obtenção de dados inéditos sobre o estoque de  
172 trabalhadores. Além disso, destacou, também, que havia sido associado os dados da RAIS,  
173 CAGED e Seguro-Desemprego objetivando a viabilização de análise pertinentes aos alunos da  
174 escola do trabalhador, bem como o cruzamento de informações para identificação de trabalhadores  
175 (mercado formal) e beneficiários do Programa Seguro Desemprego, tendo como resultado: i)  
176 painel com a caracterização dos alunos da Escola do Trabalhador; ii) painéis com indicadores e  
177 informações sobre o mercado do trabalho e suas movimentações; iii) indicador inédito sobre o  
178 estoque de trabalhadores para o ano corrente; e, iv) painel com dados quantitativos da escola e do  
179 cruzamento com RAIS, CAGED e Seguro-Desemprego. Por fim, destacou que como resultado  
180 foram obtidos seis painéis acessíveis ao público, citando-os conforme a seguir: i) painel da  
181 caracterização da mão de obra; ii) do mapa de demanda; iii) do aprendiz; iv) da mulher; v) do  
182 perfil do mercado de trabalho; e, vi) do perfil do trabalhador. O Diretor do DPE complementou a  
183 apresentação ressaltando sobre a importância do cruzamento dos dados, em especial com os do  
184 Seguro Desemprego, tendo destacado que em breve também seriam realizados cruzamentos de  
185 informações com os dados da base de microempreendedor individual, de modo a permitir a análise  
186 da trajetória do mercado de trabalho. Sobre os painéis, registrou que poderiam ser encontrados no  
187 Portal da Escola do Trabalhador e que a explanação sobre os demais painéis ficaria para as  
188 próximas reuniões. O Coordenador do GTFAT abriu inscrição para manifestações. O  
189 Representante Titular da NCST, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, sugeriu que fosse  
190 incluído no painel de indicadores o percentual de pessoas com deficiência que acessavam os  
191 cursos da Escola do Trabalhador e, posteriormente, eram inseridos no mercado de trabalho. Além  
192 disso, indagou sobre o percentual de finalização dos cursos. O Diretor do DPE esclareceu que  
193 ainda não havia o recorte das informações referente a pessoas com deficiência no painel de  
194 indicadores, contudo agradecia as sugestões e na medida do possível implantaria esses dados no  
195 painel. Quanto ao percentual de finalização dos cursos, explicou que, nessa primeira fase, não era  
196 possível identificar a taxa de evasão, uma vez que não havia sido estabelecido prazo limite para a  
197 conclusão dos cursos, tendo acrescentado que essa necessidade já havia sido levantada e seria  
198 implementada nas próximas fases da execução da Escola. O Representante da NCST indagou

199 também se os cursos disponíveis atualmente na Escola do Trabalhador haviam sido pensados com  
200 perspectiva de futuro ou apenas com base na atual demanda do mercado. O Diretor do DPE  
201 esclareceu que inicialmente foram disponibilizados cursos de aderência a fim de atrair o público  
202 alvo e agora, após dez meses de funcionamento da Escola do Trabalhador e a partir dos dados  
203 obtidos, seriam feitas as análises de modo a medir a efetividade dos cursos. O Representante  
204 Titular da CTB, Sr. Ailton de Jesus Araújo, observou que a Escola do Trabalhador era uma  
205 ferramenta pública e não direcionada, sendo assim indagou quais eram as ações pensadas para  
206 aumentar a emissão de certificados. O Diretor do DPE observou que essa era uma preocupação  
207 constante da área, tendo destacado que, também, era um desafio para a equipe pedagógica do  
208 projeto tornar esse aprendizado mais atrativo e eficaz. Esclareceu que a análise dos dados obtidos  
209 nos últimos dez meses permitiria identificar os pontos positivos e negativos, bem como  
210 aperfeiçoar o processo. O Representante do IBICT observou que a emissão dos certificados era  
211 feita a partir de um sistema da UnB, portanto o aluno tinha que sair do Portal, acessar o sistema da  
212 universidade, revalidar o seu cadastro para então emitir seu certificado. No entanto, ressaltou que  
213 esse fluxo seria alterado, assim as emissões dos certificados poderiam ser realizadas na própria  
214 plataforma da escola, o que poderia gerar um aumento no número de emissão de certificados. O  
215 Representante Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Periotto, destacou que era necessário adaptar a  
216 Escola do Trabalhador ao objetivo fundamental do FAT, devendo essa modalidade ser articulada  
217 com a rede de intermediação de mão de obra e de pagamento do seguro-desemprego. O  
218 Representante da CNTur sugeriu que fossem disponibilizadas informações à população sobre a  
219 Escola do Trabalhador no momento da concessão do seguro-desemprego. A Representante do  
220 MTb sugeriu que todas essas ponderações fossem discutidas na próxima reunião do GTFAT, uma  
221 vez que ainda haviam outras apresentações a serem realizadas. O Diretor do DPE registrou que as  
222 discussões acerca do tema eram extensas e contínuas, portanto, na próxima reunião do Grupo,  
223 poderia iniciar sua apresentação esclarecendo as dúvidas quanto à perspectiva de futuro,  
224 estruturação e a aderência da escola com as políticas públicas de emprego, incluindo  
225 intermediação de mão de obra e seguro-desemprego. O Coordenador do GTFAT indagou se havia  
226 mais alguma manifestação, em não havendo, agradeceu pela exposição e passou ao **ITEM 4 -**  
227 **Tema: Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 2º Trimestre de 2018,**  
228 **pela Equipe do Observatório do Trabalho/MTb.** A Coordenadora do Observatório Nacional do  
229 Mercado de Trabalho (COBRAB/CGCIPE/DER/SPPE/MTb), Sra. Mariana Eugênio Almeida,  
230 relatou que o 2º trimestre de 2018 apresentou os seguintes números: i) 12,4% de taxa de  
231 desocupação; ii) 40,7% de taxa de informalidade; iii) saldo acumulado positivo de geração de  
232 392.461 postos de trabalho; e, iv) 3,16% de taxa de rotatividade. A respeito da Intermediação de  
233 Mão de Obra, informou os principais valores registrados no 2º trimestre de 2018: I) 868.480

234 trabalhadores inscritos; II) 262.289 vagas oferecidas; III) 920.108 encaminhamentos; e, IV)  
235 102.844 colocados. Em seguida, apresentou gráfico contendo a taxa de colocação em relação ao  
236 total de admitidos por UF, observando que se destacavam os seguintes Estados: Mato Grosso do  
237 Sul (6,2%), Bahia (6,9%), Paraná (7,9%), e Ceará (11,0%). Relatou o número de beneficiários do  
238 Seguro-Desemprego Trabalhador Formal no 2º trimestre de 2018: i) abril: 572.246 segurados; ii)  
239 maio: 568.337 segurados; e, iii) junho: 529.187 segurados. Informou, quanto à qualificação  
240 profissional, que a Escola do Trabalhador contava com 331.212 usuários cadastrados, 417.680  
241 matrículas, haja vista que um aluno poderia estar matriculado em mais de um curso, e 44.835  
242 certificados emitidos. Esclareceu que havia 21 cursos ativos, destacando os cinco cursos mais  
243 procurados: 1) inglês aplicado ao trabalho – 58.817 matrículas; 2) introdução ao Excel – 38.535  
244 matrículas; 3) segurança da informação – 25.581 matrículas; 4) fundamentos e processos de gestão  
245 de recursos humanos – 20.600 matrículas; e 5) edição e tratamento de imagens – 20.259  
246 matrículas. Em seguida, passou à aprendizagem profissional, registrando a taxa de desocupação  
247 por faixa etária no 2º semestre de 2018, sendo de 42,7% na faixa de 14 a 17 anos, e de 26,6% na  
248 faixa de 18 a 24 anos. Observou que o 2º trimestre de 2018 apresentava um estoque de 430.661  
249 aprendizes, indicando as Unidades Federativas com maiores índices percentuais de aprendizes em  
250 relação ao de jovens admitidos: Paraíba (18,7%), Amazonas (15,2%), Ceará (14,9%), Distrito  
251 Federal (14,9%), e Rio de Janeiro (13,5%). Informou que no âmbito do Programa de Geração de  
252 Emprego e Renda do FAT (PROGER) foram celebrados 14.145 contratos no montante de  
253 R\$497,58 milhões. Destacou que o calendário do Abono Salarial do exercício de 2017/2018,  
254 encerrado em 30.06.2018, fechou com 24.522.501 abonos identificados e 22.566.916 abonos  
255 pagos, representando 92,03% de taxa de cobertura e dispêndio de R\$16,66 bilhões. A  
256 Coordenadora da Observatório finalizou, relatando que foram emitidas 2.719.873 Carteiras de  
257 Trabalho e Previdência Social (CTPS), sendo 2.050.727 no modelo informatizado e 669.146 no  
258 modelo manual. O Coordenador do GTFAT abriu inscrição para manifestações. O Representante  
259 da NCST indagou sobre a queda na taxa de desocupação no Brasil e sugeriu a inclusão de dados  
260 sobre a situação dos jovens aprendizes, pessoas com deficiência e idosos no mercado de trabalho.  
261 O Representante da CUT sugeriu, ainda, a inclusão de dados sobre a taxa de desocupação por  
262 nível de escolaridade. Acrescentou, ainda, que deveriam ser desenvolvidos cursos especiais  
263 voltados para o público com baixo nível de escolaridade, uma vez que esse público teria  
264 dificuldade para acesso a cursos online. A Coordenadora do Observatório, acerca da taxa de  
265 desocupação, esclareceu que algumas informações poderiam ser abertas ou desagregadas, como  
266 por exemplo, por sexo, idade e escolaridade, possibilitando assim a análise de onde estavam sendo  
267 gerados os empregos formais. Sobre as sugestões apresentadas, registrou que buscaria fazer o  
268 recorte de tais dados para a inclusão no Boletim. O Representante da NCST questionou sobre o



269 motivo do ranking da empregabilidade ser liderados pelos estados do Nordeste. A Coordenadora  
270 do Observatório esclareceu que isso tinha a ver com o desempenho das unidades de atendimento  
271 da rede SINE nesses estados, que era bem positivo, geralmente muito acima da média. O  
272 Representante da Força Sindical questionou se seria possível identificar quais eram as instituições  
273 que estavam qualificando os jovens aprendizes para incluir no Boletim. O Representante da NCST  
274 também sugeriu que fossem incluídos dados sobre a qualificação dos aprendizes, ou seja, se  
275 estavam na gestão pública ou na iniciativa privada. A Coordenadora do Observatório explicou  
276 que, na maioria dos casos, os aprendizes eram contratados por uma terceira instituição, a exemplo  
277 do CIEE, sendo assim não era possível identificar tais dados no CAGED nem na RAIS. Contudo,  
278 registrou que poderia incorporar no Boletim informações sobre a atuação dos aprendizes por setor  
279 de atividade. O Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma manifestação, em não  
280 havendo, passou ao **ITEM 5 - Tema: Situação das prestações de contas de convênios com**  
281 **recursos do FAT, pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Secretaria de Políticas**  
282 **Públicas de Emprego – CGPC/SPPE/MTb**. O Coordenador-Geral de Prestação de Contas –  
283 Substituto (CGPC/SPPE/MTb), Sr. Alexander Parrine, informou o passivo de processos de  
284 prestações de contas não analisados ao final de cada um dos exercícios a seguir: i) 2014: 1.149  
285 processos; ii) 2015: 983 processos; iii) 2016: 879 processos; e, iv) 2017: 706 processos. Relatou  
286 que ao final da primeira quinzena de setembro de 2018 havia um passivo de 578 processos não  
287 analisados. Declarou que o valor total do passivo de processos em janeiro de 2014 era de R\$2,62  
288 bilhões, o qual totalizava em setembro de 2018 o valor de R\$1,85 bilhão, resultado da análise de  
289 processos no montante de R\$768,18 milhões, assim distribuídos por exercício: I) 2014: R\$90,43  
290 milhões; II) 2015: R\$173,97 milhões; III) 2016: R\$210,76 milhões; IV) 2017: R\$241,06 milhões;  
291 e, V) 2018: R\$51,96 milhões. Ressaltou que do total de processos analisados no período de 2014  
292 até 2018, no montante de R\$768,18 milhões, da Fonte FAT e Tesouro Nacional, tinham-se os  
293 seguintes resultados: i) reprovados processos no montante de R\$198,15 milhões; ii) aprovados  
294 processos no montante de R\$92,70 milhões; e, iii) devolvidos recursos no montante de R\$54,68  
295 milhões. Finalizando, o Coordenador-Geral da CGPC – Substituto relatou a situação dos processos  
296 pós análise de convênios com recursos do FAT: I) reprovados/omissão: 161 processos; II)  
297 encaminhados para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE: 18 processos; III)  
298 inadimplência efetiva ou suspensa: 143 processos; IV) esgotamento das medidas administrativas  
299 precedentes à instauração de TCE: 141 processos; e, V) contraditório e ampla defesa: 18  
300 processos. A Representante Suplente do MTb solicitou um aparte para registrar que o Ministério  
301 do Trabalho era um dos ministérios com menos passivo de prestação de contas da Esplanada, no  
302 entanto a situação ainda era crítica, pois havia um passivo de mais de dez anos acumulado. Diante  
303 disso, informou que a Controladoria-Geral da União – CGU quis recomendar que o CODEFAT se

304 responsabilizasse pela análise do passivo, contudo após várias discussões, ponderou-se que os  
305 Conselheiros não poderiam ser responsabilizados por tal análise, uma vez que se tratava de ato de  
306 gestão, cabendo assim ao Ministério. Diante disso, esclareceu que a CGU recomendou que a  
307 Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTb, apresentasse regularmente um balanço  
308 sobre as análises de prestação de contas. Afirmou que, embora o MTb tivesse déficit de pessoal,  
309 nos últimos cinco anos já haviam sido analisados metade do passivo e, se mantida as mesmas  
310 condições, nos próximos cinco anos essa análise finalizaria, uma vez que o passivo não era  
311 contínuo já que a partir da alteração da lei havia sido estabelecido o prazo de um ano para os  
312 órgãos realizarem suas análises. Além disso, ressaltou que a partir de maio/2019 as novas  
313 parcerias para a operacionalização do SINE seriam pela modalidade fundo a fundo, permitindo  
314 assim uma gestão mais simplificada como foco nos resultados. Por fim, observou que para firmar  
315 as novas parcerias, os Conselhos estaduais e municipais precisariam ser criados mediante lei e não  
316 mais por decreto, conforme ocorria atualmente. Sendo assim, embora não houvesse uma  
317 quantidade maior de pessoal para análise de prestação de contas, não seriam gerados novos  
318 passivos. O Representante da Força Sindical indagou se havia previsão de quando seria  
319 apresentado ao CODEFAT para discussão do cumprimento da lei acerca da transferência fundo a  
320 fundo. A Representante do MTb esclareceu que havia sido criado um grupo de trabalho para  
321 tratar do tema e embora o trabalho ainda não estivesse concluído, havia a possibilidade de  
322 apresentar o tema na primeira reunião do GTFAT de 2019 para discussões preliminares. A  
323 Representante do FONSET, Sra. Dulce Maria Jabour Tannuri, complementou que o grupo de  
324 trabalho tinha por objetivo analisar as novas medidas dispostas em lei, ressaltando que havia a  
325 possibilidade de se elaborar um modelo de normativo, inclusive, com a criação de conselhos, para  
326 que os estados da federação pudessem implementar o modelo fundo a fundo. A Representante do  
327 MTb complementou, informando que se tratavam de duas agendas distintas, sendo: i) criação de  
328 fundos, a qual poderia ser estabelecido o modelo de criação de fundo para que os parceiros  
329 pudessem criá-los; e, ii) a regulamentação pelo CODEFAT, a qual já se estava trabalhando na sua  
330 elaboração. O Coordenador do GTFAT agradeceu a exposição e, em seguida, passou ao **Tópico V**  
331 **– OUTROS ASSUNTOS: ITEM 6 – Entrega dos seguintes documentos: 6.1 - Boletim de**  
332 **Informações Financeiras do FAT 3º Bimestre/2018; 6.2 - Periódico INFORME PROGER –**  
333 **dados até junho de 2018; 6.3 - Informativo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego -**  
334 **SPPE/MTb sobre a situação das prestações de contas de convênios com recursos do FAT; 6.4 –**  
335 **Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 2º trimestre de 2018; 6.5 –**  
336 **Relatório de Execução da PDE – REL-PDE.** O Coordenador do GTFAT informou que os  
337 documentos em referência se encontravam na mídia digital distribuída a cada Representante no  
338 início dos trabalhos. Indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, agradeceu a

339 presença de todos e passou para o **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar e esgotada a  
340 Pauta, o Coordenador do GTFAT deu por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Plínio Emanuel  
341 de Oliveira Araújo, Secretário-Executivo do CODEFAT e Coordenador do GTFAT, lavrei a  
342 presente Ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

PLÍNIO EMANUEL DE OLIVEIRA ARAÚJO  
Secretário-Executivo do CODEFAT e  
Coordenador do GTFAT

---

ROGÉRIO VALSECHY KARL  
Representante Titular do MF

---

LUCIKELLY SANTOS LIMA  
Representante Titular do MP

---

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO  
Representante Titular do BNDES

---

SUELY BARROZO LOPES  
Representante Suplente do MTb

---

AILTON DE JESUS ARAÚJO  
Representante Titular da CTB

---

GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO  
Representante Titular da NCST

---

MARCOS PERIOTO  
Representante Titular da Força Sindical

---

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ  
Representante Suplente da CUT

---

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE  
Representante Titular da CNTur

---

THIAGO LUIZ TICCHETTI  
Representante Titular da CNT

---

DESIRÉE GONÇALO TIMO  
Representante Suplente da CNI

---